Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Introdução à lingüística : fundamentos epistemológicos, volume 3 / Fernanda Mussalim, Anna Christina Bentes, organizadoras. – 2. ed. – São Paulo : Cortez, 2005

Vários autoes.
Bibliografia.
ISBN 85-249-1053-4

1. Lingüística 2. Lingüística – Estudo e ensino I. Mussalim, Fernanda. II. Bentes, Anna Christina

04-3805 CDD -410

Índices para catálogo sistemático:

1. Lingüística 410

Temic p. 176 22c. 27/02/2014

fernanda mussalim
anna christina bentes
organizadoras

Arnaldo Cortina • Carlos Alberto Faraco • Edson Françozo
Edwiges Maria Morato • Eleonora Albano • Erotilde Goreti Pezatti
Helena Martins • Ingedore Grunfeld Villaça Koch • João Costa
José Borges Neto • Luiz Antônio Marcuschi • Maria Margarida Martins Salomão
Maria Cristina Figueiredo Silva • Maria Luiza Cunha-Lima • Renata Coelho Marchezan
Roberta Pires de Oliveira • Rodolfo Ilari • Sírio Possenti

introdução à lingüística

fundamentos epistemológicos

9.92
5.76,69

Volume 3

- Medin e-mail.

2ª edição

CORTEZ EDITORA

10

TEORIA DO DISCURSO: um caso de múltiplas rupturas

Sírio Possenti

> A descrição do acontecimento do discurso coloca uma outra questão bem diferente: como apareceu um determinado enunciado, e não outro em seu lugar?
>
> (Michel Foucault, *A arqueologia do saber*.)

1. INTRODUÇÃO

Se houvesse disposição para uma análise das ocorrências da palavra "discurso" nos campos das ciências humanas, aí incluída, evidentemente, a lingüística, concluir-se-ia que ela denota, na absoluta maior parte dos casos, algum tipo de ingrediente "extra" que seria necessário considerar para melhor compreender como uma língua funciona. Esse ingrediente pode dizer respeito a aspectos históricos, antropológicos, sociológicos, cognitivos etc., entrelaçados com a língua. Alternativamente, diz respeito à tomada em consideração da cadeia efetivamente produzida em situações "concretas", o que conferiria algum tipo de credibilidade e garantia de realidade[1] extra ao material analisado.

1. Seria um modo de pôr em questão a relevância de dados "inventados" pelo analista, uma crítica que mira basicamente certos procedimentos da teoria de Chomsky.

Freqüentemente, no entanto, um campo torna-se tanto mais interessante quanto mais é recortado. Pode parecer que com isso se perdem "materiais", que fenômenos ficam de fora da análise, mas, em compensação, essa é a mais produtiva das formas de não dar relevo a um sem número de trivialidades (para cada campo, as trivialidades podem ser diferentes) ou de excluir a hipótese de que uma disciplina dê conta de todos os "fatos" — como se devesse estar sozinha no campo dos saberes.

Este texto não tem o objetivo de caracterizar de várias maneiras a problemática da discursividade, nem de expor várias tendências relativas ao discurso.[2] Tratará, basicamente, de uma das concepções de discurso, a chamada análise do discurso (AD) francesa. Mais do que isso, ou, de forma ainda mais restrita, tentará fazer a exposição de aspectos de uma concepção de discurso sob a ótica da ruptura. Que não se espere, por isso, um mapa completo do campo, nem mesmo do campo francês, mas apenas, através de um esboço, uma tentativa de desenhar epistemologicamente um saber; ou, de forma ainda mais restrita, segundo uma certa epistemologia, a da ruptura. A decisão se deve, em parte, ao fato de que a AD reivindica explicitamente esse traço, e em parte porque essa é talvez a maneira mais produtiva de apresentar essa teoria e de indicar algumas de suas práticas.

Além disso, o texto toma em consideração basicamente a AD dos anos 1970 do século XX, exceto por algumas observações e pela impossibilidade de impedir que o texto sofra alguma interferência dos desdobramentos posteriores.[3]

(Voltar ao Bakhtin)

2. DA RUPTURA

Genericamente, e reduzidas a seus traços mais evidentes, há duas maneiras básicas de analisar a história do conhecimento, seja ele o geral, seja o de cada campo. A tradição mais poderosa produz uma representação segundo a

2. O contato com outra tendência pode ser muito bem feito em Fairclough (1992), por exemplo. Embora um pouco antiga, a obra editada por Van Dijk (1985) dá uma idéia mais clara da diversidade dos enfoques.

3. A produção brasileira em AD é significativa. Textos com caráter de apresentação do campo são, por exemplo, Brandão (1991) e Orlandi (1999). Trabalhos menos ligados à corrente "dura" da AD, não só, mas também porque analisam outros *corpora*, podem ser representados por Geraldi (1991) e por Hadler-Coudry (1988). Faraco (2003) é uma excelente apresentação das idéias do Círculo de Bakhtin, lidas aqui e ali até como predecessoras da AD. Também são muito produtivos, pelo número e qualidade, os núcleos que trabalham em semiótica (especialmente da escola greimasiana). Ver a esse respeito o capítulo *Teoria semiótica: a questão do sentido*, neste volume.

qual o conhecimento se acumula progressivamente: cada vez se saberia mais sobre as mesmas coisas, sendo as "coisas" concebidas como aspectos do real. A ignorância seria vencida aos poucos, em parte pelo gênio dos cientistas, em parte pela organização da pesquisa. Haveria uma progressiva sofisticação das teorias, fruto de um progresso da razão, de uma correspondente sofisticação das técnicas e dos instrumentos, e esta conjunção faria o conhecimento avançar — eventualmente, para um certo fim, a ser atingido quando tudo já fosse conhecido (há quem proponha que a ciência já atingiu esse limiar, que não há mais nada a "descobrir", cf. Horgan, 1996). Resumindo: o progresso (teleológico) caracterizaria o conhecimento.

A outra forma de considerar esta problemática é a da ruptura. Os traços principais dessa filosofia — cujos fundamentos são basicamente históricos, ou seja, pretende-se que a história dos campos de conhecimento comprove a tese — são os inversos da precedente. O conhecimento não se produz por acumulação, mas por saltos e mudanças de rumo em relação às etapas anteriores. As novas teorias não são vistas como desenvolvimento e sofisticação das anteriores, mas como efeito, em boa medida, de seu abandono, seja por estarem "esgotadas", seja porque novas problemáticas, novas vontades de verdade tomam seu lugar, tanto teórica quanto politicamente. Havendo saltos ou rupturas, também deixa de haver "finalidade", concebida como uma corrida em relação a um ideal (de conhecimento absoluto). A suposta "corrida" é mais bem entendida se for vista como feroz competição, seja por espaços teóricos, seja por financiamentos, seja pelo poder que deriva do conhecimento.

Creio que posso deixar de lado, embora sua apresentação tenha sido absolutamente sumária, a corrente cumulativa. Vale a pena especificar um pouco melhor a hipótese da ruptura. Esta teoria não dispensa, evidentemente, uma história do conhecimento nos diversos campos. Apenas rejeita que tal história possa ser adequadamente reconstituída em termos idealistas, vale dizer, para encontrar nela, a despeito de desvios, um rumo ou um sentido.

Trata-se de um outro olhar sobre a história, que pode muito bem ser resumido pela seguinte citação de Foucault (1969b), feita a propósito da história em geral:

> As velhas questões da análise tradicional (que ligação estabelecer entre acontecimentos díspares? Como estabelecer entre eles uma seqüência necessária? Que continuidade os atravessa ou que significação de conjunto acabamos por formar? Pode-se definir uma totalidade ou é preciso limitar-se a reconstituir encadeamentos?) são substituídas, de agora em diante, por interrogações de outro tipo: que estratos é preciso isolar uns dos outros? Que tipos de séries instaurar? Que critérios de periodização adotar para cada uma delas? Que sistemas de relações (hie-

rarquia, dominância, escalonamento, determinação unívoca, causalidade circular) pode ser descrito entre uma e outra? Que séries de séries podem ser estabelecidas? E em que quadro, de cronologia ampla, podem ser determinadas seqüências distintas de acontecimentos? (p. 3-4).

Às vezes, ruptura significa instaurar uma problemática nova (parece ser o caso da lingüística, com Saussure, da psicanálise, com Freud, da astronomia, com Copérnico). Às vezes, significa mais claramente a ocupação do mesmo campo "de outra forma" (Marx em relação aos economistas clássicos parece ser um bom exemplo).

A ruptura pode ser eficaz para explicar o processo do conhecimento tanto no domínio do individual, como propõe Bachelard (1938) — embora ele não se refira somente a esse aspecto, na medida em que romper com o senso comum, com a experiência quotidiana e com diversos "mitos" é condição de acesso ao pensamento científico —, quanto no domínio dos diversos campos, já que romper com o estágio anterior, seja ele já científico ou "ainda" ideológico, é condição necessária ora da cientificidade, ora da implantação de determinada teoria.

No caso de tratar-se de rompimento com a ideologia para instaurar uma cientificidade — que parece ter sido a imagem que a AD fez de si mesma, pelo menos até certo momento —, vale a pena deter-se um pouco em alguns detalhes. Recorro a Pêcheux e Balibar (1969). Embora o caso de que tratam e que tomam como paradigmático seja Galileu, as afirmações valem certamente para o marxismo, tal como o apresentou Althusser em *Pour Marx* e em *Lire le Capital*, e para a AD, como vou propor.

Começam apresentando o que chamam de corte epistemológico, definido como "o ponto 'sem regresso'[4] a partir do qual a ciência começa". Depois dos trabalhos de Galileu sobre a queda dos corpos, torna-se impossível, exemplificam, retomar as noções físicas e cosmológicas aristotélicas (p. 11). Designam com o termo "princípio" o corte constitutivo de uma ciência, que se efetua numa certa conjuntura, na qual as "origens"[5] (filosofias, ideologias) sofrem um deslocamento para um espaço novo de problemas (p. 12-13).

4. E informam que a expressão é de F. Regnault. A expressão implica tomar posição na polêmica que opõe a corrente continuísta à corrente descontinuísta em história da ciência. A questão é aceitar ou não que haja um desenvolvimento contínuo do conhecimento comum ao científico.

5. A distinção entre "princípio" e "origem" é fundamental: o primeiro diz respeito a questões de história e de projeto (vontade) de saber, incluindo, eventualmente, uma datação; a segunda conota visões metafísicas ligadas à teleologia, por um lado, e ao conhecimento como fazendo parte da natureza humana, por outro.

Não se pense, no entanto, que antes do referido "princípio" não haja nada, ou, pelo menos, nenhum conhecimento relevante. Os autores advertem que "o corte se dá relativamente a um processo de acumulação que o precede necessariamente e determina a conjuntura em que este se dá" (p. 13). Tal acumulação não deve ser entendida como "uma fase de pura e simples aberração pré-científica da qual nada haveria a dizer, mas como *o tempo de formação* da conjuntura em que se produzirá o corte" (p. 13). Ou seja, não há linha de continuidade entre duas concepções, mas também não há vazio. A ciência não começa do nada.[6]

O corte torna impossíveis certos discursos, ou seja, leva a uma ruptura em relação a eles. Finalmente, os autores previnem contra a idéia de que qualquer reformulação venha a ser considerada corte e, também, de que um corte seja concebido como mera reformulação.

Em suma, a ruptura pode dar-se de duas formas: (a) em relação a uma teoria científica (Einstein rompe com a física newtoniana, Saussure com a lingüística histórica), quando uma teoria desloca outra, toma seu lugar, no mesmo campo anterior (ou coexistente) ou construindo outro (esta pode ser uma interpretação do que Khun chamou de revoluções científicas); (b) e em relação a uma ideologia, ou a um conjunto delas, "transformando" o campo em objeto de ciência, ou seja, passando a tratá-lo segundo procedimentos científicos específicos.[7]

Voltando ao ponto que aqui interessa: concebida desta perspectiva, a AD não é, portanto, o acréscimo de uma pitada histórica, cultural, ideológica, psicológica ou psicanalítica ao que diz a lingüística, em seus diversos compartimentos. Não é simplesmente a fonoestilística, a conotação, a sintaxe voltada para o falante, a semântica a que se acrescenta o tempero do contexto, ou o texto como efeito de um processo. A AD pode tratar de cada um desses "temas" — mas os tratará *rompendo* com o que a lingüística faz em cada um deles.

Abaixo, serão expostos alguns dos conceitos — chaves da AD, a propósito dos quais se explicitarão os gestos de ruptura.

6. Esta observação é relevante, em função de um certo barateamento da idéia de ruptura — e, especialmente, de construto, um dos efeitos da negação (correta) do empirismo — que não raramente leva "pesquisadores" a imaginar que então qualquer um pode propor seu próprio construto semanal — ou paradigma, como alhures se chamou a uma nova teoria. Em nome da contestação de uma história continuísta, o que tem sido negado muitas vezes é mais a história do que esse seu (suposto) caráter.

7. Não vou explicitar filiação alguma, até porque não é esse o problema aqui, sobre as concepções de ciência e de ideologia, nem em relação ao modo como aquela "continua" mantendo elementos desta. No entanto, considero que Foucault (1969), Löwy (1987), Granger e Bachelard (esses em diversas obras), embora com perspectivas bastante diferentes entre si, são guias razoavelmente seguros.

3. DO CAMPO DA INTERPRETAÇÃO

Pode-se dizer que a AD é uma teoria da leitura, ou melhor, que ela formula uma teoria da leitura que se institui rompendo fundamentalmente com a análise de conteúdo, por um lado, e com a filologia (e também com a hermenêutica), por outro. Seu rompimento com a lingüística tem essa conotação: é na medida em que a lingüística reivindica uma semântica como um de seus componentes que se pode dizer que a AD rompe com ela.

"A análise de conteúdo é cronologicamente anterior à AD, que se construiu, em parte, em oposição a ela" (Charaudeau & Maingueneau, 2002: 39). Essa teoria se desenvolveu basicamente no campo da sociologia, sob os auspícios das teorias da informação: para ela, o sentido de um texto são as informações que ele contém. Seu método de leitura é baseado em categorias temáticas (povo, liberdade etc.): para tais categorias, definidas pelo pesquisador, são propostas "correspondências" nos textos (palavras, expressões), supostas garantias da leitura. O exemplo mais claro é o tratamento da informação característico das bibliotecas e dos centros de documentação. Outros exemplos: "quantificação de temas de uma obra, de um diário ou de um periódico, a fim de trazer à luz os centros de interesse do jornal e a evolução desses centros de interesse" (Robin, 1973: 63).[8] A ruptura da AD com a análise de conteúdo se dá tanto pela crítica da leitura baseada em categorias temáticas[9] quanto pela diferente abordagem do sentido: em lugar de seu tratamento como informação, a AD introduz a noção de efeito de sentido entre interlocutores.

A filologia é sempre um alvo expresso da AD. Pêcheux (1969), por exemplo, situa nesses termos o que a lingüística fazia antes de Saussure: estudar textos e formular questões relativas à sua compreensão (do que trata? quais são as "idéias" contidas nele? etc.). Em nota, assinala que se refere à filologia como a concebia Saussure: na medida em que pretende antes de tudo "fixar, interpretar, comentar textos", como se pode ler na Introdução ao *Curso*.[10] Em Maingueneau (1987), é centralmente à filologia que o autor se refere quando caracteriza a tradição, que, ao lado de uma certa conjuntura e de uma prática escolar específica, preparam, segundo ele, o surgimento da AD. A filologia é aí definida como

8. Bons exemplos também são as análises da cobertura de um acontecimento por diversos jornais — por exemplo, como trataram os diversos candidatos em determinada eleição — incluindo o percentual de matérias neutras, favoráveis ou desfavoráveis a cada um.

9. Ver as observações de Pêcheux (1969) sobre esse método "não-lingüístico" de leitura.

10. Na tradução brasileira de Pêcheux (1969), a palavra "filologia" foi equivocadamente substituída por "filosofia", nesta nota.

"a mais difícil arte de ler". Ao que o autor acrescenta: "o filólogo quer conhecer a significação ou a intenção daquele cuja fala é conservada através da escrita" (p. 9).

Se aceitarmos que de fato a filologia é o conjunto de procedimentos de interpretação de textos que vigorou pelo menos até meados do século XX (sem que o surgimento de outros e a crítica à filologia a tenham feito desaparecer), pode-se dizer que a AD surge rompendo com ela.

Faz isso em três domínios: a concepção de língua, a relevância do papel do autor e a forma de caracterização da conjuntura. De fato, a filologia, operando com a suposição de que se poderia ter acesso ao sentido da obra (o que faz supor que haja *um* sentido), aceita que as palavras ou os enunciados ou os textos possam ter uma só interpretação, ou uma interpretação verdadeira — pelo menos os textos antigos, quando as línguas ainda não teriam degenerado; por isso, a lingüística histórica é seu instrumento fundamental (Compagnon, 1998). Por outro lado, ela devia aceitar a premissa de um projeto, de uma intenção do autor, ao qual se teria acesso pela biografia, o que supõe a possibilidade de que uma intenção pudesse ser expressa de maneira clara e unívoca, possível de ser recuperada, mesmo séculos mais tarde. Além disso, a conjuntura é tipicamente descrita como uma cena cultural, sem considerar, pelo menos como central, a hipótese da divisão da sociedade, e, portanto, das diversas "ideologias", na relação com as quais uma obra surgiria. A AD põe em questão sucessivamente as três hipóteses: a de uma língua que teria sido unívoca,[11] a de um sujeito como unidade controlada pela razão e que fosse bem-sucedido em "dizer o que quisesse" e, finalmente, a de conjuntura uniforme, porque as sociedades são (sempre foram) divididas em classes ou grupos etc.

Em suma: a AD não aceita que palavras, expressões ou estruturas sintáticas pudessem ter sido uma garantia de sentido, que a lingüística histórica recuperaria. Nem que os autores de outros tempos pudessem ter dito tudo e só o que queriam, bastando conhecê-los e à sua época para decifrar o sentido de um texto.

A essas hipóteses a AD oporá, como veremos, a de uma língua polissêmica e opaca, características ainda mais notáveis em textos: a de um autor que dizia sempre mais, menos ou outra coisa em relação ao que queria dizer (em virtude dos efeitos da ideologia, do inconsciente); e a das condições de produção com

11. As contribuições de Bakhtin (as palavras não são dos locutores, têm uma história, são multivocais etc.), ressalvadas diferenças, vão na mesma direção de teses da AD.

ingredientes contraditórios. Em outras palavras, a AD não aceita que haja obras cuja interpretação possa/deva/mereça ser levada a cabo com procedimentos baseados em uma concepção de língua que se refira diretamente ao mundo, em concepções de autor definido em termos de projeto e intenção e em concepções de conjunturas reduzidas à uniformidade cultural. Nesse sentido, a AD pretende ocupar o "espaço" da filologia, operando em relação a ele com procedimentos fundados em outras concepções de língua, de autor/sujeito e de conjuntura. Em suma, a AD rompe com a concepção de sentido como projeto de autor; com a de um sentido originário a ser descoberto; com a concepção de língua como expressão das idéias de um autor sobre as coisas; com a concepção de texto transparente, sem intertexto, sem subtexto; com a noção de contexto cultural dado como se fosse uniforme.

4. DA LÍNGUA

Os textos de AD apresentam uma concepção de língua que é, em boa medida, indireta, na medida em que mais se negam do que se propõem características. "A língua não é transparente" é um exemplo. O fundamental dessa tese é que a AD não aceita que, dada uma palavra, seu sentido seja "óbvio", como se estabelecido por convenção ou como se a palavra pudesse referir-se diretamente à "coisa" (o mesmo vale, *mutatis mutandis*, para uma sentença). O grande alvo parece ser a gramática de Port Royal, seja diretamente, seja como representante de uma tradição que considera que a relação língua-mundo (forma-conteúdo) é unívoca e clara — ou que pode ser explicitada por uma teoria semântica "universal".

Um dos efeitos dessa recusa é uma segunda recusa: a da centralidade ou autonomia da sintaxe (gramática). A AD propõe que a língua tenha um funcionamento parcialmente autônomo, ou seja, que uma língua funcione segundo regras "próprias" de fonologia, morfologia e sintaxe; isto é, a língua tem uma ordem própria,[12] mas que são postas a funcionar de uma forma ou de outra segundo o processo discursivo de que se trata numa certa conjuntura. Além disso, a AD contesta que o sentido seja da ordem da língua, que funcione submetido aos "seus" critérios — uma semântica não é uma "fonologia" do sentido. O sentido é da ordem das formações discursivas (FD), que, por sua vez,

12. A noção de funcionamento da língua, efeito da ruptura saussuriana, é destacada com relevo (ver Pêcheux, 1969: 62).

materializam formações ideológicas, que, por sua vez, são da ordem da história. Assim, entre outras coisas, a gramática pode ser a mesma (de fato, é a mesma) para diversos enunciadores, mas o sentido do que eles dizem pode não sê-lo, porque esse decorre de fatores que não são da ordem da língua. A mesma palavra ou o mesmo enunciado podem ter sentidos diferentes, se pertencerem a formações discursivas diferentes, sem que essa polissemia se resolva em teorias sobre a ambigüidade, tal como as conhecemos através da sintaxe ou da semântica.

A língua não é transparente, mas tem uma ordem própria (que a lingüística descreve). Assim, a AD não tem uma teoria da língua, isto é, uma teoria de gramática da língua (que concorra, por exemplo, com algum funcionalismo ou com a GGT). Sua especialidade é o campo do sentido. A AD fala da língua somente na medida em que as concepções da lingüística afetam o campo do sentido, na medida em que a lingüística propõe teorias semânticas que são da mesma natureza que a teoria gramatical, porque isso implicaria que, assim como a língua é a mesma para todas as "classes", o sentido também teria que ser, podendo ser, em última instância, universal. Para a AD, como já foi dito, o sentido decorre das enunciações, atos que se dão no interior de FDs, que determinam o sentido do que se diz. A universalidade e a generalidade estão excluídas.

Assim, não é verdade que a AD seja anti-lingüística. Pelo contrário: não há AD sem lingüística. Ela apenas coloca a língua em seu lugar, ou seja, reconhece sua especificidade, mas lhe limita o domínio.

Outras teses negadas pela AD e alguma explicitação "positiva" ajudam a esclarecer como uma língua é concebida, segundo seu ponto de vista. A língua não é um instrumento; ou seja, a língua não é uma espécie de ferramenta que os falantes utilizam para certos fins (comunicacionais, por exemplo), sujeita, inclusive, a adaptações estilísticas individuais. Aceitar que seja um instrumento significaria tomar a língua como algo completamente exterior ao sujeito. Ora, o sujeito, como veremos mais adiante, é o que é, em grande medida, por ser efeito de linguagem (ouvir-se-á, aqui e ali, que é a língua que fala o sujeito). Tampouco a língua é expressão do pensamento, variante de uma concepção instrumental (concepção que tem permitido, inclusive, discursos sobre qual língua é "melhor" para cada "finalidade" — o alemão e o grego para a filosofia, o inglês para a ciência etc.). Mas a língua não é expressão de pensamento também porque essa concepção leva a aceitar que pode haver pensamento (conceitos, idéias etc.) sem linguagem, ou, antes dela, cuja origem fosse a mente de um sujeito. Ora, a AD, tanto por suas posições sobre o sentido, quanto pelas que assume

relativamente à ideologia (que são muito próximos, quando não coincidem), propõe que "idéias" sejam efeitos da linguagem e, sendo assim, evidentemente, ela não pode ser espelho do pensamento. A língua não "veste" um pensamento prévio, que seria fruto de uma mente "sadia", mas, ao contrário, é a condição do pensamento.[13]

Tudo isso permite compreender que o sentido seja concebido pela AD como um efeito (de sentido). Em diversas instâncias e por diversas formas (relações metafóricas, parafrásticas), mas sempre como efeito, nunca como uma entidade "prévia", ou anterior, dada a conhecer pela língua. A língua é a materialidade discursiva, ou seja, o aspecto material de um discurso (o que produz o risco de conceber o sentido como não sendo material).

Vale a pena acrescentar uma última observação sobre este tema. Sendo estreitas as relações entre AD e psicanálise, uma forma específica de conceber a língua é tomá-la como *alíngua* (*lalangue*), conceito elaborado por Lacan[14] (*apud* Milner (1987)). O fundamento desta concepção é duplo: a) descartar, por um lado, as concepções da lingüística que tentariam, por diversos caminhos, explicitar algum tipo de relação biunívoca entre uma certa cadeia sintática e seu sentido (especialmente por vias que adotam metalinguagens formais para a descrição, até porque uma das teses de Lacan é que não há metalinguagem), sendo os tratamentos da ambigüidade os casos modelares (vide o relevante papel da ambigüidade na armação da teoria da GGT e nas diversas semânticas formais); b) por outro, propor que a língua seja constitutivamente equívoca, isto é, que a ambigüidade, para ficar no exemplo, nem é um caso marginal, nem pode ser "domesticada". Segundo esta concepção, *uma língua é de fato uma alíngua*, ou seja, sempre "produz" derivas de interpretação, e não poderia, assim, garantir interpretações unívocas. O equívoco é exatamente o que se deve esperar. Os chistes mostram claramente de que natureza é a língua (isto é, que ela é uma alíngua): resistem a descrições através de representações formais de sua ambigüidade, pois não se trata, definitivamente, de (dois ou mais) sentidos perfeitamente distintos.

13. Não se trata, no entanto, de uma tese "psicolingüística", embora, evidentemente, ela possa ter reflexos sobre esse campo de estudo, ou até leve à recusa de certas psicologias — quanto mais mentais elas forem, mas serão rejeitadas.

14. A alíngua é antes de mais nada a língua materna, depois, qualquer língua; mas, no que mais importa, "alíngua é, em toda a língua, o registro que a consagra ao equívoco. (...) desestratificando, confundindo sistematicamente som e sentido, menção e uso, escrita e representado, impedindo, com isto, que um estrato possa servir de apoio para destrinchar um outro. (...) Um modo singular de produzir equívoco, eis o que é uma língua entre outras" (Milner, 1987: 15).

5. DA PRAGMÁTICA

A pragmática é o verdadeiro Outro da AD. Por mais que também combata as gramáticas formais e universais, que se afaste das sociologias da linguagem e das semânticas lógicas, seu verdadeiro adversário é a pragmática. O que é perfeitamente compreensível, pois é a pragmática que disputa com a AD o mesmo espaço — o do "sentido não-literal". Como assinala Maingueneau (1987), "a concepção pragmática se opõe radicalmente à idéia de que a língua seja apenas um instrumento para transmitir informações; ela coloca em primeiro plano o caráter interativo da atividade de linguagem, recompondo o conjunto da situação de enunciação, etc.; aspectos estes que vão inteiramente ao encontro das opções da AD" (p. 32).

A observação é correta. Mas as metáforas pragmáticas que Maingueneau (1987: 30-1) expõe (a jurídica, a do teatro, a dos jogos) são vistas, pela AD, como sociologismo ou psicologismo. Basta ver, por exemplo, como Courtine (1981) desdenha de qualquer achega psicossociológica para dar-se conta de que, embora ambas, pragmática e AD, se distanciem da lingüística do enunciado, cada uma faz isso à sua maneira. Os interlocutores são considerados, pela pragmática, a título individual, e a AD quer mostrar que esse não é o caso. Uma disputa política, por exemplo, não se resolve, de acordo com a AD, pela esperteza dos contendores, nem é um drama que candidatos representam. Pelo menos, não ao nível do discurso. Aí, jogam-se embates de FDs historicamente constituídas, e os "atores" não desempenham papéis, mas ocupam posições — eventualmente, sem sabê-lo.

De certa forma, pode-se dizer que a AD tanto quer desvencilhar-se da pragmática (a ruptura com as circunstâncias é um exemplo claro) que construiu dela um simulacro que continua sendo invocado: a pragmática seria uma forma de solucionar a questão do sentido invocando a intenção do falante. Ora, como se viu nas metáforas mencionadas por Maingueneau, certamente, para a pragmática, o sujeito é consciente e dotado de um saber, de uma capacidade de escolhas e de dar-se conta de como o contexto deve ser relevantemente considerado e até alterado. Mas, ao mesmo tempo, a pragmática não desconhece um quadro social no interior do qual a interlocução se dá. Entretanto, esse quadro é esquecido no simulacro construído pela AD, e a pragmática se vê reduzida a uma teoria do sentido que se resolve pela intenção do falante, considerado sua fonte (redução na qual os pragmaticistas não se reconhecem). De fato, como se pode ver, quando a AD atira na pragmática, o que é visado é o sujeito, verdadeiro fulcro das diferenças entre a AD e outras disciplinas em relação às quais ela produziu sua ruptura.

A AD trata como equívoco o que considera o sociologismo e o funcionalismo que regem a pragmática. O domínio em que isso pode ser mais bem verificado talvez sejam os estudos de análise da conversação. O quadro geral é francamente pragmático, na medida em que supõe sujeitos conhecedores das regras de conversação (sempre contextualizada), que reagem às reações de seus interlocutores, mudando o rumo do "discurso", inserindo esclarecimentos etc. Tudo isso a AD considera que tem pouco a ver com o verdadeiro funcionamento discursivo, no qual os sujeitos cumprem funções não por decisão (nada de "aceitamos fazer uma entrevista com..."), mas por injunção de classe ou grupo e de ideologia e proferem os enunciados que "podem e devem dizer".

Um analista do discurso recusa análises segundo as quais os falantes percebem, manobram, são claros ou se esforçam para sê-lo etc. (e é pago na mesma moeda pelos pragmaticistas, quando lêem sobre deslizamento do sentido, dispersão do discurso e do sujeito, esquecimento nº 1 e nº 2 etc.).

A ruptura com a pragmática tem como uma de suas conseqüências a ruptura com a psicologia, especialmente em sua modalidade cognitiva, tanto porque implica um certo conhecimento (da língua, do mundo, das regras), quanto, e principalmente, porque essa psicologia desconhece o inconsciente. A concepção de sujeito típica da psicologia é de um sujeito uno e consciente. Dois traços inaceitáveis para a AD. Considerar que tanto o sujeito quanto o discurso são afetados (atravessados) pelo inconsciente e pela ideologia é constitutivo da AD. Como foi dito, qualquer alusão a um conhecimento (relevante) do sujeito sobre o discurso é descartado.

6. DO TEXTO

Para a AD, o texto não é uma unidade de análise, ao menos segundo as concepções da lingüística textual. *Mutatis mutandis*, o texto como objeto lingüístico é recusado por razões muito semelhantes às invocadas para rejeitar a língua como instrumento ou meio. A AD não associa texto e contexto, como em algumas teorias da coerência, assim como não associa enunciados a contextos.

Evidentemente, um texto não pode ser irrelevante para a AD, mas sua relevância decorre do fato de que cada texto é parte de uma cadeia (de um arquivo); decorre não de poder ser tomado como um texto, como uma unidade coerente de sentido, mas sim como uma superfície discursiva, uma manifestação aqui e agora de um processo discursivo específico. Aspectos como as relações internas entre elementos dos textos (anáforas, por exemplo), responsáveis por sua "coesão", são relidos como intradiscurso, ou seja, como forma de

linearização de um discurso e como efeito do interdiscurso, na medida em que o que se retoma não é apenas o que deve ter sido dito antes, no mesmo texto, mas o que pode ter sido dito em outros textos pertencentes ao mesmo arquivo (à memória da mesma FD).

Teorias de texto levam em conta conhecimentos prévios dos locutores e compartilhados entre interlocutores. Mas os consideram em um quadro que supõe, exatamente, o leitor/ouvinte como suporte de um conhecimento, como o agente que, assim, "produz" a coerência do texto. Para a AD, ao contrário, um texto faz sentido não por sua relação com um contexto, ou em decorrência de conhecimentos que o leitor tenha estocado ou que rememora e coloca em funcionamento ao ler/ouvir, mas por sua inserção em uma FD, em função de uma memória discursiva, do interdiscurso, que o texto retoma e do qual é parte. Ou seja, não há propriamente texto, concebido como uma unidade; o que há são linearizações concretas (materiais) de discursos.[15]

Uma das conseqüências é que a memória também é outra em relação ao que seria uma "memória individual", à maneira psicologista (ver Pêcheux, 1983a). A memória será, evidentemente, discursiva. Talvez a melhor apresentação desta noção esteja em Courtine (1981), de que apresento aqui um resumo.

Segundo ele, o termo "memória discursiva" designa algo distinto de qualquer memorização psicológica, que os psicolingüistas consideram para explicar os processos cognitivos implicados na memória dos textos. A noção de memória discursiva diz respeito à *existência histórica do enunciado* no interior de práticas discursivas reguladas por aparelhos ideológicos. Concerne ao que Foucault (1971) destaca a propósito dos textos religiosos, jurídicos, literários, científicos, ou seja, discursos que estão na origem de atos novos, de falas que os representam, os transformam ou falam deles; discursos que, indefinidamente, além de sua formulação, são ditos, permanecem ditos e estão ainda por dizer.

Assim, no domínio do discurso político, a memória discursiva remete a questões como: "do que nos lembramos, e como nos lembramos, na luta ideológica, do que convém dizer e do que não convém, a partir de uma posição numa conjuntura dada na redação de um panfleto, de uma moção, de uma tomada de posição?" (Courtine 1981: 53). Ou seja, remete ao modo como o trabalho de uma memória coletiva permite a retomada, a repetição, a refutação e também o esquecimento desses elementos de saber que são os enunciados.

15. As pesquisas sobre gênero alteram (deveriam alterar) em boa medida esta concepção. Mas nem todas as vertentes da AD se aplicam a este filão.

O domínio de memória é constituído, assim, por um conjunto de seqüências que preexistem a um certo enunciado. É a partir dele que se apreendem, por exemplo, os funcionamentos discursivos de encaixamento do pré-construído e de articulação de enunciados. Ou seja, é a memória que faz intervir o interdiscurso *como instância de constituição de um discurso transverso* que regula, para um sujeito enunciador, o modo de dação dos objetos dos quais o discurso fala, bem como o modo de articulação desses objetos. Inclusive, é a partir da memória que se pode aproximar os processos que garantem a referência dos nomes para um sujeito enunciador e autorizam assim a predicação e a correferencialidade (Courtine, 1981: 56).

Para que essa concepção significasse verdadeiramente uma mudança de posição relativa à noção de texto, seria necessário não somente afastar-se da concepção de texto que combate, mas especificar mais claramente a concepção que aceita, ou seja, substituir uma teoria de texto por outra.[16] Minimamente, o texto deveria ser concebido como uma das manifestações do próprio discurso. A tese de que constitui sua materialidade lingüística mereceria ser mais especificada, assim como o conceito promissor de intradiscurso. Por exemplo, Maingueneau (1984) propõe, a propósito do jansenismo e do humanismo devoto, que os próprios gêneros preferidos de cada FD decorrem de sua semântica global, bem como seu tom ou ethos. Além disso, poderia ser investigada, nessa direção, a relevância discursiva das formas específicas de coesão e de citação (ver Bakhtin & Voloshinov, 1929).

Parte 6ª

7. DAS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO

Se lermos Pêcheux (1969) à luz dos parâmetros da ruptura, teremos que considerar crucial a passagem na qual o autor afirma que o estudo dos processos discursivos supõe duas ordens de pesquisa, uma das quais será

> o estudo da ligação entre as "circunstâncias" de um discurso — que chamaremos daqui em diante suas ~~condições de produção~~ — e seu processo de produção. Esta perspectiva está representada na lingüística atual pelo papel dado ao *contexto* ou *à situação*, como pano de fundo específico dos discursos, que torna possível sua formulação e sua compreensão: é este aspecto da questão que vamos tentar esclarecer agora, através do exame crítico do conceito saussuriano de *instituição* (p. 75).

Noção de contexto

16. "(...) remete aos próprios limites da lingüística da frase, sobre o que voltaremos adiante, e designa o vazio, *que urge ser preenchido* (ênfase acrescida), de uma *teoria da inter-frase*" (Pêcheux & Fuchs 1975: 186).

A citação toca em dois temas fundamentais: (a) o conceito de circunstância será substituído pelo de condições de produção — substituição cuja finalidade é exatamente retirar o funcionamento do discurso da cena pragmática para inseri-lo nas instâncias enunciativas institucionais, marcadas por características amplamente históricas. Trata-se exatamente de uma ruptura com o modo de considerar as "circunstâncias do discurso"; (b) esta perspectiva está representada na "lingüística atual" pelos conceitos de contexto e de situação. Dizer que a "lingüística atual" considera esta questão através de conceitos que a AD não simplesmente substitui, mas com os quais rompe, significa dizer, de alguma maneira, que esta versão será considerada, a partir de agora, como uma etapa anterior (talvez "não-científica") nas análises de textos. Ou seja, em um só golpe, a pragmática é declarada uma etapa superada e é substituída pela análise do discurso. 1

Essa afirmação de Pêcheux assinala, de fato, a ruptura da AD com a pragmática em um de seus fundamentos.[17] Tipicamente, a pragmática (e algumas teorias da conversação e de texto, que se apresentam como de discurso) concebe o "exterior" relevante em termos de contexto. Isso se explica provavelmente por tomadas de posição filosófica relativas à consciência dos falantes, mas também como decorrência do tipo de *corpora* considerados mais relevantes. Em geral, trata-se ou de contextos para uma frase (dizer "faz frio" pode dar a entender que se quer que a porta seja fechada), de pequenas cenas (no bar, na rua, à mesa); alternativamente, trata-se de cenários mais institucionalizados (como a relação médico/paciente, um julgamento em um tribunal etc.), em relação a cujo funcionamento os falantes teriam um domínio quase total (eles sabem o que pode ocorrer em contextos como esses, quais são as regras, os *scripts* a serem seguidos). Quando não se trata de contextos como os exemplificados, trata-se de situações ritualizadas (os melhores exemplos são as análises dos atos de fala) que, embora institucionalizados, supõem interlocutores que conhecem e seguem regras "convencionais". 2

Ora, a AD se interessou bem pouco por casos assim. Seja por decisões filosóficas, seja pelos *corpora* a que se dedicou tipicamente, os contextos mais ou menos imediatos são de fato excluídos.[18] O que é levado em conta, no que se refere aos participantes de um evento discursivo, não é o eventual conhecimento que tenham das regras que comandam um certo intercâmbio lingüístico (di- 3

17. Talvez se possa dizer que as diferenças entre a AD e a pragmática se concentram em torno das questões do sujeito e do contexto, que cada teoria concebe de forma completamente diversa.

18. Salvo em raras obras, como, no Brasil, o livro de Mattos (1998) sobre conversa.

gamos, que organizam um debate parlamentar), mas exatamente o que lhes escapa (ou pode lhes escapar[19]): o fato de que cada um enuncia a partir de posições que são historicamente constituídas (fala-se como deputado de um partido, de uma frente, de situação ou de oposição, e diz-se o que se deve e se pode dizer nessa condição). O que confere ou garante o sentido ao que um enunciador diz não é o contexto imediato em que está situado e ao qual se ligariam certos elementos da língua (embreadores) ou certas características do enunciado (implícitos), mas as posições ideológicas a que está submetido e as relações entre o que diz e o que já foi dito da mesma posição, considerando, eventualmente, ou em geral, que ela se opõe a uma que lhe seja contrária. A análise dará mais relevo ao que em um evento se repete, eventualmente durante décadas (Courtine & Marandin, 1981), do que àquilo que é característico da circunstância: é mais relevante verificar segundo que posição um deputado fala de *liberdade* ou de *desenvolvimento*, do que considerar o fato de que ele se dirige a seus interlocutores em um cenário X.

Pêcheux (1969: 81-7) explicitou bastante detalhadamente um quadro das condições de produção, a partir do famoso esquema de Jakobson (do qual se aproveita de alguma forma, mas com o qual claramente rompe). Assim, por exemplo, enunciar responde a perguntas implícitas como "Quem sou eu para lhe falar assim?", "Quem é ele para que eu lhe fale assim?", e também revela o "Ponto de vista de A sobre R", "O ponto de vista de B sobre R" etc. O quadro é de fato mais complexo, o que fica mais claro quando Pêcheux inclui no esquema as antecipações (p. ex. $I_A(I_B(A))$ = Imagem que o destinador faz da imagem que o destinatário faz do destinador). Pêcheux insiste que essas imagens devem ser tomadas como representações imaginárias, ou seja, que os lugares (de destinador e de destinatário) são *representados* nos processos discursivos em que são colocados em jogo. Assim, se um diretor de prisão se dirige a presos, o diretor de prisão e os presos não devem ser concebidos como se se tratasse de uma certa pessoa (bonachona ou dura) diante de certas outras pessoas (injustiçadas ou tensas), envolvidas em uma relação de interlocução, mas como posições historicamente constituídas em sociedades em que essas funções se circunscrevem a certas regras e às quais se chega através de um conjunto de procedimentos.

A respeito das restrições que Pêcheux fez à interpretação desses lugares, alguns anos depois, Pêcheux e Fuchs (1975) observam que o quadro fora freqüentemente interpretado segundo um viés psicologizante (como se se tratasse

19. O que a AD trata sob a forma de esquecimentos (Pêcheux & Fuchs, 1975).

de representações mútuas construídas pelos interlocutores — desses que conhecem o outro e o contexto — e que permitira explicar, por exemplo, manobras[20]).

Uma das razões das interpretações equivocadas é a ambigüidade do termo "discurso" (que pode significar tanto um processo discursivo quanto uma seqüência verbal). Ou seja, a "imagem" do outro pôde ser interpretada como a representação que um interlocutor faz do outro, e não como a representação imaginária que resulta de um processo social, ideológico, porque, como Pêcheux e Fuchs (1975: 182) assinalam, por "condições de produção de um discurso" tanto se pode entender as determinações que caracterizam um processo discursivo quanto as características múltiplas de uma "situação concreta" que conduz à "produção", "no sentido lingüístico ou psicolingüístico do termo, da superfície lingüística de um discurso empírico concreto". E acrescentam que "parece que nos falta radicalmente uma teoria da 'situação concreta' enquanto formação ideológica em que o 'vivido' é informado, constituído pela estrutura da Ideologia..." (ibidem).

Em suma: para a AD, o conceito de condições de produção exclui definitivamente um caráter "psicossociológico", mesmo na "situação concreta". Além disso, pode ser desdobrado, por um lado, em condições de longo alcance (um enunciado científico pode decorrer de longo tempo de "maturação" de pesquisas institucionais, de tecnologias e outros dispositivos, que são pelo menos parte de suas condições de produção) e, por outro, em condições mais imediatas (por exemplo, se alguém responde a um artigo de jornal publicado na véspera por um adversário, certamente, por um lado, repetirá o que diria em qualquer circunstância, dado que suas posições são as que são, mas, por outro, considerará de alguma forma o que foi dito no texto a que responde, além de levar em conta o veículo, o espaço que lhe foi destinado, a conjuntura particular etc.). Estes últimos elementos poderiam parecer contextuais, mas de fato não o são, já que fazem parte do processo discursivo do qual este "discurso" também faz parte. Assim, para a AD, os contextos imediatos somente interessam na medida em que, mesmo neles, funcionam condições históricas de produção. Ou seja, os "contextos" fazem parte de uma história, já que, também nessas instâncias de enunciação, os enunciadores se assujeitam à sua FD.

Tanto em Pêcheux (1969) quanto em Pêcheux e Fuchs (1975), as condições de produção são concebidas como tendo um elemento dominante. Em Pêcheux (1969), isso significa basicamente que, do conjunto de elementos en-

20. A AD faz o possível para evitar que seja interpretada nessa direção.

volvidos (destinador, destinatário, referente, eventuais antecipações de imagens), o elemento dominante pode variar de caso a caso. Por exemplo, em uma aula de filosofia sobre liberdade, diz ele, dominante será a representação que os alunos fazem daquilo que o professor lhes designa; em uma fala de diretor de prisão aos presos, dominante será a imagem que os presos fazem do diretor. Em Pêcheux e Fuchs (1975), lê-se que "o liame entre o imaginário e o exterior que o determina passa pelo conceito de dominância": "um *corpus* é constituído por um conjunto de discursos concretos e de objetos discursivos, estando essas superfícies *dominadas* por condições de produção estáveis e homogêneas" (p. 182).[21] No segundo caso, fica mais claro que as condições de produção são históricas, no sentido de não circunstanciais.

O leitor curioso por um caso exemplar o encontrará em Courtine (1981), tanto pela discussão teórica (genealógica?) feita no capítulo I, que separa o tratamento da AD dos tratamentos psicossociológicos, quanto pela apresentação, feita no capítulo III, das condições de produção do discurso que analisa nessa obra — o discurso comunista dirigido aos cristãos. O trabalho é exemplar, inclusive para quem queira comparar o que se diz sobre história em AD e como ela é de fato tratada no caso em que é necessário invocá-la para explicitar condições de produção...

A questão das condições de produção parece perder prestígio na história posterior da AD. Não é que se deixe de fazer alusões a elas, ou mesmo de explicitá-las em trabalhos. Mas, a rigor, com o desprestígio cada vez maior dos discursos tomados em bloco, as condições de produção se misturam em boa medida com o interdiscurso. Mesmo assim, continua-se a considerar o que não é "linguístico", ou seja, as condições históricas de produção. Nesse sentido, vale registrar a abertura de *Discurso: estrutura ou acontecimento* de Pêcheux (1988): trata-se de uma interpretação, que inclui as condições de produção, do fato de que eleitores franceses foram à rua cantando "On a gagné", grito típico de torcedores de futebol, quando Mitterand foi eleito presidente da França em 1982.

Para concluir o tópico, esboçarei dois breves exemplos para ilustrar a importância de considerar, em uma teoria do discurso, as condições históricas de produção do discurso:

21. A discussão específica é a constituição de um *corpus* para análise, mas o que interessa destacar é, primeiro, a hipótese de condições de produção homogêneas e, segundo, que esta decisão evita mais fortemente as leituras psicologizantes das condições de produção. Em compensação, a hipótese de que sejam homogêneas produz claras desvantagens.

a) na década de 1990, surgiu no Brasil um novo discurso no "espaço" emprego/desemprego, o discurso da *empregabilidade*, que significa, basicamente, que não se trata de haver ou não postos de trabalho, mas de os postulantes estarem ou não qualificados para ocupá-los. Ora, esse discurso não circulava até recentemente, ele é contemporâneo da globalização, dos ganhos de produtividade etc. Surge e se sedimenta no interior de novas condições econômicas e trabalhistas, com ênfase nas tecnologias de ponta, que "exigem" um trabalhador mais "capacitado": para quem sabe inglês, informática e eletrônica, há X empregos disponíveis, anunciam as TVs;

b) recentemente, cresceu de forma exponencial o número das chamadas "piadas de loiras", que as caracterizam como ignorantes e/ou sexualmente disponíveis. A meu ver, o acontecimento não pode ser dissociado dos movimentos feministas, em especial em conseqüência de um de seus efeitos: a ocupação por mulheres de postos de trabalho tidos como caracteristicamente masculinos. Por mecanismos típicos do gênero (ver, especialmente, Freud (1905)), as piadas caracterizam negativamente as mulheres, representadas metonimicamente pelas loiras: elas seriam burras (discurso que, na verdade, apenas aprofunda velha posição masculina, que se reserva o privilégio da razão); mas como, mesmo assim, elas tomam os lugares dos homens, o discurso masculino justificará o fracasso, afirmando que elas os obtêm por serem sexualmente disponíveis.[22]

8. DO SENTIDO

O sentido das palavras se resolve de maneiras variadas na tradição lingüística e filosófica. Não vem ao caso apresentar nenhuma delas. Basta mencioná-las (que não se entenda que a enumeração obedece a algum critério especial): a etimologia, a convenção, a distinção entre sentido e referência, extensão e intensão; sentido literal *versus* figurado, denotação *versus* conotação.

A AD, rompendo com esses estudos do sentido, apresenta uma versão peculiar: o sentido de uma palavra (ou expressão mais ou menos equivalente) se resolve na medida em que uma delas pode ser substituída por outra, no interior de uma certa FD. Assim, o sentido é um efeito da substituibilidade das expres-

22. Para mais detalhes, ver Possenti (2002).

sões, sendo que o conjunto delas produz (pode produzir) um efeito de referência, ou seja, de identificar objetos do mundo a partir de uma visão entre outras, que pode ser tudo, menos "objetiva".

Pêcheux (1969: 94-5) expõe um procedimento cujo objetivo é permitir, analisando uma superfície discursiva, descobrir vestígios do processo de produção de um discurso. Esboça uma teoria do efeito metafórico, nos seguintes termos: sejam os termos x e y, pertencentes a uma mesma categoria de uma língua L. Existe pelo menos um discurso no qual x e y possam ser substituídos um pelo outro, sem mudar a interpretação desse discurso? Três casos são logicamente possíveis:

(1) x e y nunca são substituíveis um pelo outro;

(2) x e y são substituíveis às vezes, mas não sempre;

(3) x e y são sempre substituíveis um pelo outro.

Importa considerar (2) e (3), quando a substituição é possível. (2) é o caso em que x e y são substituíveis apenas em um contexto dado (nos termos de Pêcheux, isso significará em um discurso dado). Suponhamos que as palavras sejam *brilhante* e *notável*. Podemos dizer: *Este matemático é x/y*, bem como *Sua demonstração foi x/y*. Ambos são casos de substituição contextual. As palavras *brilhante* e *notável* podem ocorrer em ambos os contextos. Mas não se pode substituir um termo pelo outro em *A luz do farol é brilhante*. *A luz do farol é notável* quereria dizer outra coisa, se este fosse um enunciado possível. (3), por sua vez, representa o caso em que x e y seriam intercambiáveis em qualquer contexto, o que é raro, já que, em princípio, todas as sinonímias são contextuais. Mais claramente: o (efeito de) sentido nunca é o sentido de uma palavra, mas de uma família de palavras que estão em relação metafórica (ou: o sentido de uma palavra é um conjunto de outras palavras que mantêm com ela uma certa relação). Assim:

> Chamaremos *efeito metafórico* o fenômeno semântico produzido por uma substituição contextual, para lembrar que esse "deslizamento de sentido" entre x e y é constitutivo do "sentido" designado por x e y; esse efeito é característico dos sistemas lingüísticos "naturais", por oposição aos códigos e às "línguas artificiais", em que o sentido é fixado em relação a uma metalíngua "natural" (Pêcheux, 1969: 96).

Dessa proposição se conclui que o sentido não é função de um significante/palavra, mas de uma dupla ou de uma (n)upla de significantes/palavras em relação de mútua substituibilidade, *mas apenas em cada discurso historicamente dado*.[23] Isso se sustenta, nesta teoria, pelo fato de que o sentido das palavras em um discurso remete sempre a ocorrências anteriores. Ou ainda: qualquer enunciação supõe uma posição, e é a partir dessa posição que os enunciados (palavras) recebem seu sentido. Melhor ainda: qualquer uma dessas posições implica uma memória discursiva, de modo que as formulações não nascem de um sujeito que apenas segue as regras de uma língua, mas do interdiscurso, vale dizer, as formulações estão sempre relacionadas a outras formulações, sendo que a relação metafórica que funciona como matriz do sentido é historicamente dada.

A posição assumida em relação às palavras ou expressões é a mesma no domínio dos enunciados. Assim, o sentido de um enunciado decorre de sua substituibilidade por enunciados equivalentes na mesma FD. Esta tese é exposta bem claramente em Pêcheux e Fuchs (1975: 169):

> Queremos dizer que, para nós, a produção de sentido é estritamente indissociável da relação de paráfrase entre seqüências tais que a família parafrástica destas seqüências constitui o que se poderia chamar de matriz do sentido. Isto equivale a dizer que é a partir das relações no interior desta família que se constitui o efeito de sentido, assim como a relação a um referente que implique esse efeito. Se nos acompanham, compreenderão, então, que a evidência da leitura subjetiva segundo a qual um texto é biunivocamente associado a seu sentido (com ambigüidades sintáticas e/ou semânticas) é uma ilusão constitutiva do efeito-sujeito em relação à linguagem e que contribui, neste domínio específico, para produzir o efeito de assujeitamento que mencionamos acima: na realidade, afirmamos que o "sentido" de uma seqüência só é materialmente concebível na medida em que se concebe esta seqüência como pertencente necessariamente a esta ou àquela formação discursiva (o que explica, de passagem, que ela possa ter vários sentidos).

Esta tese explicita de forma clara o caráter necessariamente histórico dos sentidos. É apenas em uma relação parafrástica empiricamente constatada, isto é, em um corpus discursivo, que um efeito de sentido se produz. Bons exemplos, cada um em determinadas condições de produção, seguem abaixo. O primeiro está em Pêcheux (1988: 20):

23. Outros exemplos: Pêchex e Vassellius (1973) estabelecem a equivalência entre *dos sindicatos, dos operários* e *dos estudantes* (p. 268), entre *política do poder gaullista* e *período de poder gaullista* (p. 269), entre *luta pela unidade* e *luta contra a ditadura*, entre outros casos. Fica claro que se trata de equivalência em determinados discursos.

(1) Mitterand é eleito presidente da república francesa./A esquerda francesa leva a vitória eleitoral dos presidenciáveis./A coalizão socialista-comunista se apodera da França.

Em princípio, os três enunciados em (1), no discurso de que fazem parte, são intercambiáveis. O segundo exemplo está mais claramente apresentado na nota 15 de Pêcheux e Fuchs (1975: 238).

(2)

Distribuição	mais	eqüitativa	dos	bens
				lucros
		justa		
	melhor		das riquezas	

Essa matriz permite diversas combinações cujo (efeito de) sentido é o mesmo. Por exemplo, *Distribuição mais justa dos bens*, *Distribuição mais equitativa das riquezas*, *Melhor distribuição dos lucros* etc.

A paráfrase tem um papel extremamente relevante na AD e, por isso, merecem destaque outros dois funcionamentos, parcialmente distintos, embora justificados pela mesma teoria. Fuchs (1983) apresenta brevemente o "estado da arte" da paráfrase. Um trecho do próprio texto que apresenta a doutrina fornece exemplos ilustrativos:

> Estas divergências [de interpretação] se devem não só à ambigüidade intrínseca de algumas expressões, mas também e sobretudo à multivocidade inerente a todo texto (as operações de construção dos enunciados comportam sempre uma margem de "jogo", donde os deslocamentos, os deslizamentos e as diversas ponderações de decodificação), à pluralidade de níveis de decodificação (um enunciado pode ser tomado em seu sentido literal, ou em outro registro...), enfim, à diversidade de graus de exigência semântica segundo as situações de decodificação (percepção de um "sentido global", de uma leitura ou de uma escuta mais ou menos apressada) (Fuchs, 1983: 134).

As seqüências entre parênteses no trecho anterior são paráfrases das que as precedem imediatamente, ou seja (aqui está outra da mesma natureza...), são explicitações do sentido que têm, neste discurso, as seqüências anteriores. Em outras palavras (mais uma dessas paráfrases...), por exemplo, a seqüência "pluralidade de níveis de decodificação" é parafraseada por "um enunciado pode ser tomado em sentido literal, ou em outro registro...".

Outro exemplo são as parafrasagens de palavras ou expressões, com estruturas como X, no sentido Y; X, isto é, Y). Seja o exemplo inspirado em Maingueneau (1987: 96): "queremos uma economia sadia, isto é, sem inflação; isto é, sem desemprego; isto é, com crescimento". Observe-se que as diversas parafrasagens de "sadia" não são neutras, inspiradas em algum dicionário. Cada uma delas é a possível em um determinado discurso econômico.

9. DA ENUNCIAÇÃO

A AD deve muito à problemática da enunciação. Mesmo quando se dedicou basicamente a *corpora* fechados, e até mesmo quando analisou *corpora* experimentais, produzidos *ad hoc* para análise, a própria produção dos enunciados, seu acontecimento sempre foi no mínimo um critério que opôs as análises lingüísticas e as discursivas.[24]

Há diversas maneiras de conceber a enunciação, mas duas são fundamentais. Uma se ocupa de avaliar em que medida certas "marcas" da língua são, elas mesmas, como que destinadas a assinalar a enunciação. Estamos, no caso, no interior da problemática da dêixis lingüística, ou seja, dos elementos de uma língua cuja função é embrear o enunciado às circunstâncias — tempo e espaço — e aos interlocutores.

A dêixis pode ser vista como embreando o que se diz às circunstâncias (*aqui* seria o lugar físico onde está o locutor, *agora* seria o tempo cronológico no qual o locutor fala). Observe-se, no entanto, que os "mesmos" elementos dêiticos são passíveis de interpretações não estritamente contextuais. Em *Hoje o mercado pode ser afetado por simples comandos de computador*, por exemplo, *hoje* não designa o dia em que se escreve/lê ou fala/ouve, mas, digamos, o tempo da globalização e, portanto, esse tempo é discursivo, ideológico.

O tratamento discursivo da dêixis é absolutamente distinto do lingüístico.[25] Basta ver a diferença que faz acionar conceitos como os de cenografia,

24. "Assim, a consideração de um texto do ponto de vista de sua estruturação 'em língua' faz dele um enunciado; um estudo lingüístico das condições de produção desse texto fará dele um discurso" (Guespin, 1971: 10).

25. Uma consulta a dicionários revela que estão atentos a esses sentidos não-circunstanciais. No *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*, "agora" recebe, entre outras, as seguintes acepções: 1. neste momento, neste instante, nesta ocasião; atualmente, presentemente; 1.1 há pouco tempo, há poucos ins-

topografia e cronografia (Maingueneau, 1987) para dar conta da dêixis discursiva. Assim, ao analisar a enunciação através de suas "marcas", pode-se fazê-lo por meio de um enfoque lingüístico ou de um discursivo.[26] A diferença entre o tratamento lingüístico e o discursivo da dêixis reside basicamente na forma de conceber os elementos dêiticos característicos. O locutor e o interlocutor são analisados como interlocutores "pessoais" ou como posições em formações discursivas? O tempo é definido cronologicamente (hoje, no ano passado) ou a partir de uma "concepção" ideológica (a idade das trevas, a modernidade, a decadência)? O lugar é definido fisicamente (aqui, no meu bairro) ou discursivamente (nesta cidade progressista)?

A outra análise enunciativa verifica em que medida, no próprio ato de produção de uma "superfície discursiva", a posição dos enunciadores é "marcada", não necessariamente por elementos dêiticos, mas por procedimentos metaenunciativos, produzidos do interior da FD a que o enunciador pertence e que o condiciona a "trabalhar" para que a seqüência que produz seja uma das que pode e deve dizer. Um bom exemplo é o trecho a seguir, de Pêcheux e Fuchs (1975), que menciono pela definição do conceito, mas especialmente porque exibe exemplarmente o próprio processo que descreve.

> Diremos que os processos de enunciação consistem em uma série de determinações sucessivas pelas quais o enunciado se constitui pouco a pouco e que tem por característica colocar o "dito" e em conseqüência rejeitar o "não-dito". A enunciação equivale, pois, a colocar fronteiras entre o que é "selecionado" e tornado preciso aos poucos (através do que se constitui o "universo de discurso"), e o que é rejeitado. Desse modo se acha, pois, desenhado num espaço vazio o campo de "tudo o que teria sido possível ao sujeito dizer (mas que não diz)" ou o campo de "tudo a que se opõe o que o sujeito disse". Esta zona do "rejeitado" pode estar mais ou menos próxima da consciência e há questões do interlocutor — visando a fazer, por exemplo, com que o sujeito indique com precisão "o que ele queria dizer" — que o fazem reformular as fronteiras e re-investigar esta zona" (p. 176).

---

tantes; 2. *na época em que estamos, atualmente*. E a palavra "hoje", recebe, entre outras acepções, as seguintes: 1. o dia em que se está; 2. *na época atual; no presente, na atualidade* (ênfases acrescidas). No entanto, esse não é ainda um tratamento discursivo, pois "a época atual" pode ser o tempo da globalização para uns, da exclusão para outros, do "fim das ideologias" para terceiros, e ainda do Estado mínimo etc.

26. O que ficou dito é excessivamente esquemático para apresentar a questão, mesmo apenas deste ângulo. Considere-se, por exemplo, a diferença entre dizer *O sol gira...* e *Eu afirmo que o sol gira...* Na segunda, o efeito da enunciação enunciada não deixa de ser relevante, embora a diferença entre as formas não seja inscrever-se no contexto ou na história (a respeito, ver o excelente Fiorin, 1996).

Quando dizem que colocar o dito implica rejeitar o não-dito, isso não significa que quem diz uma coisa não diz outra, simplesmente porque não se podem dizer duas coisas ao mesmo tempo (o que é discutível, no entanto). Trata-se de uma rejeição de natureza completamente diversa, que pode ser exemplificada assim: se digo que os sem-terra *ocuparam* uma fazenda, rejeito que eles a tenham *invadido*. Ou seja, um certo discurso e, conseqüentemente, um certo sujeito rejeita *invadir* (dizendo *ocupar*). Outro rejeita *ocupar* (dizendo *invadir*). Não se trata de uma seleção paradigmática, em termos de língua, mas de assumir uma posição discursiva.

O segundo ponto desse texto que merece comentário é o que se refere ao fato de a enunciação consistir em uma série de determinações sucessivas pelas quais o enunciado se constitui pouco a pouco. Trata-se agora de explicitar outro aspecto desse processo que se faz aos poucos: colocar fronteiras entre o que é "selecionado" e o que não é selecionado não é apenas excluir o não-dito, mesmo no sentido explicitado, mas consiste, principalmente, em assinalar essa "seleção" de alguma forma. Aqui mesmo, neste pequeno trecho de Pêcheux e Fuchs, o processo não é apenas exposto, apresentado, descrito, mas é claramente praticado (porque se trata de um processo de enunciação...). Trata-se, neste trecho, ao mesmo tempo, de dizer o que é a enunciação e de excluir o que ela não pode ser (para esta posição teórica). Em boa parte, isso só se sabe por comparação direta com outros discursos sobre o tema, mas, em parte, a diferença pode ser verificada no próprio texto, pela análise de alguns indícios. Vejam-se as palavras e expressões que ocorrem entre aspas: "dito", "não-dito", "selecionado", "tudo o que teria sido possível ao sujeito dizer (mas que não diz)", "tudo a que se opõe o que o sujeito disse", "rejeitado", "o que ele queria dizer". Trata-se de expressões que pertencem a outros discursos, expressões que dão a impressão de que o sujeito controla seu discurso, que diz tudo e apenas o que quer, e que são assinaladas pelas aspas exatamente para que esse duplo pertencimento fique claro, ou seja, para que se descubra nelas um outro sentido, por um lado, e, por outro, se demarque a fronteira entre o discurso que está sendo enunciado e os outros, que lhe são opostos e, portanto, são rejeitados. Mais do que isso: para evitar que a expressão "colocar o dito e rejeitar o não-dito" seja compreendida como a retomada de um discurso corrente (como escolhas impostas pela natureza paradigmática da língua etc.), segue-se uma paráfrase, a saber: "a enunciação equivale, pois, a colocar fronteiras entre o que é 'selecionado' e tornado preciso aos poucos...". Ora, esta última seqüência nada mais é que uma forma de tornar preciso aos poucos o que vem sendo enunciado, de tornar preciso o que significa, no discurso de Pêcheux e Fuchs, "selecionar o dito e rejeitar o não-dito". E a manobra continua: "Desse modo se acha, pois, desenhado (...) o

campo de...". O leitor curioso e atento verificará que uma coisa puxa outra, e que o discurso se constrói de fato por esse processo de enunciação (como defende, aliás, a sua maneira, a análise da conversação, em alguns excelentes trabalhos sobre a chamada repetição, que supostamente caracterizaria apenas esta modalidade lingüística).[27]

Embora a questão da enunciação seja certamente complexa, para a AD, o mais problemático acaba sendo, por estranho que pareça, definir o enunciado, ou seja, o que se repete nas diversas enunciações, na medida em que, de alguma forma, um discurso constrói uma espécie de "mesmo" que possa ser constantemente retomado; e isso deve ser possível sem que um enunciado tenha um sentido independente do discurso a que pertence, por um lado, e apesar de materializar-se de formas bastante variáveis (ver o tópico sobre paráfrase, na seção 8).

Por um lado, a tomada em consideração da enunciação de certa forma obrigou a ver as línguas de outra forma, em especial no que se refere à subjetividade. Mas, por outro, as abordagens discursivas do tema são tanto uma ruptura em relação a suas concepções simplesmente lingüísticas, obrigando a situar mesmo as "marcas" em domínios do imaginário, além de fazer ver, no fio do discurso, as "manobras" a que a enunciação obriga (chamando atenção para o real da língua).

10. DO ACONTECIMENTO

A noção de acontecimento é crucial para a AD. Em primeiro lugar, por sua relação com a enunciação que, quase naturalmente, é concebida como um fato que não se repete (ao contrário do enunciado). Em segundo lugar, por sua relação com a história, campo para o qual a noção de acontecimento é uma espécie de matéria-prima.

Pode-se caracterizar o acontecimento como o que foge à estrutura, ou a uma rede causal. Em um sentido, ele é único (talvez inesperado, embora se explique até facilmente *a posteriori*). Traços dessa concepção podem ser encontrados em Ducrot (1972: 168), para quem a enunciação "é o acontecimento constituído pelo aparecimento de um enunciado. A realização de um enunciado é de fato um acontecimento histórico: é dada existência a alguma coisa que não existia antes de falar e que não existirá mais depois". Foucault (1968: 23) também o define por sua relação com a enunciação: "a supressão sistemática das

27. Ver, por exemplo, Jubran (1993) e Paiva (1999).

unidades permite restituir ao enunciado sua singularidade de acontecimento; não é mais considerado simplesmente como manifestação episódica de uma significação mais profunda que ele; é tratado na sua irrupção histórica; o que se tenta observar é a incisão que constitui sua emergência".

A AD, no entanto, não concedeu ao acontecimento um lugar privilegiado. Preferiu o repetível, o estrutural, como o atestam quase todas as pesquisas, que privilegiam a identificação do mesmo em um arquivo. Certamente, há uma inflexão em Pêcheux (1988: 56), que é a proposta de não inscrever o acontecimento na estrutura, inflexão que acompanha o abandono do sonho de que a AD fosse, na esteira do marxismo como lido por Althusser, uma ciência em sentido estrito. Mas Pêcheux alerta que esta consideração do acontecimento não implica em concebê-lo como "um aerólito miraculoso", isto é, como ocorrendo independentemente das redes de memória e dos trajetos sociais.

Essa noção de acontecimento lembra bem noções enunciativas como as de Benveniste e de Ducrot (enunciação como acontecimento irrepetível). O que não deixa de ser, por um lado, notável, pois absorve a hipótese de que algo ocorre fora de uma estrutura, embora não livremente. No entanto, parece mais produtivo e consistente para a AD que o acontecimento seja considerado segundo outros parâmetros. Até mesmo pela ligação da AD com a história.

Em um texto cujo projeto é mostrar que o estruturalismo não se opõe à história, mas tem com ela uma relação específica, e até produtiva, Foucault (1972) afirma que certos métodos permitem "dar um sentido novo à noção de acontecimento" (p. 290). Para exemplificar, faz referência a um estudo dos arquivos comerciais do porto de Sevilha durante o século XVI. O estudo, diz Foucault, "permite fazer emergir acontecimentos que, de outra forma, não teriam aparecido". Na história tradicional, diz ele, "considerava-se que os acontecimentos eram o que era conhecido, o que era visível (...) e o trabalho do historiador era buscar o seu sentido". A história serial (no texto, esta palavra "equivale" a estrutural) permite fazer aparecer estratos de acontecimentos dos quais uns são visíveis, conhecidos até mesmo pelos contemporâneos, e, debaixo desses, outros acontecimentos, invisíveis, imperceptíveis e que são completamente diferentes. Foucault dá exemplos relativos ao estudo mencionado: a entrada e a saída de um navio são acontecimentos conhecidos e que se podem reconstituir. Mas a baixa ou o aumento dos preços é também um acontecimento. E por baixo desses, há ainda outros, como a inversão de uma tendência, o ponto a partir do qual uma curva econômica que tinha sido crescente torna-se estável ou entra em declínio — e que pode não ser percebida pelos contemporâneos (p. 291-92).

Foucault dá outros exemplos: o crescimento populacional, o enorme crescimento da quantidade de proteínas absorvida pela população européia no século XIX, extremamente importante para a saúde e a longevidade. Deles diz Foucault que são fatos muito mais importantes do que uma mudança de Constituição ou de uma passagem da monarquia à república (p. 292).

Retenhamos essas últimas noções de acontecimento e tentemos imaginar o que poderiam significar para uma teoria do discurso. O acontecimento fundamental poderia deixar de ser aquele de que todos se dão conta (a publicação de uma obra, um manifesto, um editorial, um programa de governo, uma proposta de pacto etc.). Para a AD, pelo menos em suas práticas de análise, tal acontecimento seria considerado relevante na medida em que ensejasse sua retomada ou sua *repetição*, ou se já fosse uma. No entanto, além desses casos, poderíamos considerar como acontecimentos discursivos — e não apenas como reformulações ou novas enunciações do mesmo, isto é, como discursos — o estruturalismo, o feminismo, o nacionalismo etc. Seria mais facilmente possível dar conta das discursividades e, especialmente, ter claro em que medida dispositivos e práticas fazem parte delas e são regidos pela mesma semântica (ver Maingueneau, 1984). Seja o caso do feminismo, apenas como exemplo hipotético: é certo que algum manifesto ou congresso pode ser um grande acontecimento discursivo, em torno do qual se organiza um arquivo (tudo o que se passa a dizer — ou se pode recuperar de datas anteriores — em revistas, jornais, simpósios, livros, entrevistas etc.). Mas há mais: por debaixo destes, ou a seu lado, surge, por exemplo, um discurso do corpo, da beleza, da sexualidade, do controle da natalidade, da saúde; e, ainda, da fidelidade, do divórcio, das alternativas sexuais; e ainda o das creches, do trabalho feminino, do assédio sexual. São fatos discursivos a respeito dos quais talvez se possa dizer, por analogia, o que Foucault afirma que se descobre, em nova chave histórica, sobre os acontecimentos que são menos visíveis. E, por conseqüência, até a propósito do tempo: que há "tipos de duração diferentes" (p. 293). Por exemplo, ciclos curtos (nos quais preços sobem e descem); ciclos mais importantes (de 50 a 100 anos); depois, ainda mais embaixo, *trends* seculares, se 80 a 150 anos; finalmente, por baixo desses ciclos, as "inércias", fenômenos que atuam por séculos e séculos (por exemplo a tecnologia agrícola na Europa, praticamente idêntica do século XVI ao XIX). Pode-se encontrar algo assim nas discursividades, desde que se opere com outra noção de acontecimento além da usual — um fato único, que não se repete. Para tanto, considerar a história deveria ser mais do que inserir um acontecimento em uma série; teria que significar uma verdadeira ruptura com uma história linear, e não, por exemplo, uma operação como a de Courtine (1981), que, embora recuse a história como cronologia quando teoriza, não faz mais do que

narrar linearmente o que ocorre entre cristãos e comunistas de 1937 a 1970 quando analisa.

Esta noção plural de acontecimento permite romper, em primeiro lugar, com uma história que procurasse em tudo o sentido. Em segundo, com a relação discurso-enunciação como evento singular. Além disso, poderia permitir especificar mais finamente os elementos que, em um discurso, de fato escapam aos sujeitos e aqueles de que eles têm conhecimento, conforme estejam em uma ou em outra camada, assim como acontece com os diversos tipos de acontecimentos históricos, segundo Foucault.

Esta concepção está situada claramente na ruptura com qualquer concepção de história linear e teleológica. E, em especial, a noção de acontecimento é totalmente outra.

11. DO INTERDISCURSO

Sob diversos nomes — polifonia, dialogismo, heterogeneidade, intertextualidade — cada um implicando algum viés específico, como se sabe, a idéia de interdiscurso é certamente uma das principais características da AD.

Em Charaudeau e Maingueneau (2002), o verbete "interdiscurso" é apresentado com um sentido restritivo (conjunto de discursos do mesmo campo que mantêm relações de delimitação recíproca uns com os outros) e com um sentido amplo (conjunto das unidades discursivas com as quais um discurso entra em relação explícita ou implícita). No mesmo verbete, um subitem refere-se ao "primado do interdiscurso", uma tese da escola francesa, tanto em teoria quanto em análise. Tal primado implica que uma FD produz o assujeitamento do sujeito na medida em que cada uma delas é dominada pelo interdiscurso e exclui que sejam colocadas em contraste FDs consideradas independentemente umas das outras.

Uma das teses de Pêcheux (1975: 162) é que "toda formação discursiva dissimula, pela transparência de sentido que nela se constitui, sua dependência com relação ao 'todo complexo com dominante' das formações discursivas, intrincado no complexo das formações ideológicas...".

Importa destacar dessa formulação a afirmação da *dependência* da FD em relação ao todo complexo com dominante, que se especifica melhor em outra passagem, na qual o autor propõe "chamar interdiscurso a esse "todo complexo com dominante" das formações discursivas, esclarecendo que também ele é submetido à lei de desigualdade-contradição-subordinação que (...) caracteriza o complexo das formações ideológicas" (ibidem).

O interdiscurso, como definido assim por Pêcheux (1975), lembra a noção de universo de discurso, como definido por Maingueneau (ver adiante). Esse conceito "amplo" de interdiscurso talvez dê conta do "fato" de que um discurso não nasce de um retorno às próprias coisas, mas de um trabalho sobre outros discursos (Maingueneau, 1987: 120).

Apesar da riqueza potencial dessa conceituação, provavelmente essa noção não é operacional (ou é bem pouco). As análises nunca a levam de fato em conta. Por exemplo, Courtine (1981) analisa um discurso — o discurso comunista dirigido aos cristãos — em sua confrontação com outro, o discurso cristão (e não em confrontação com todos os demais). O estudo mostra entre outras coisas que é mais produtivo analisar *corpora* diacrônicos (embora sem perder de vista as relações discursivas sincrônicas), pois assim se verifica exatamente a repetição. Essa análise produz efeitos positivos sobre a noção de interdiscurso, que não fica reduzido às relações mantidas entre discursos em uma mesma época. Provavelmente o resultado da análise de Courtine não se deve ao acaso, ou seja, fatos assim ocorrem também em outras FDs e não apenas nesse caso específico, o do discurso comunista dirigido aos cristãos, embora essa seja uma questão empírica.

Em sua análise, partindo do enunciado (3), considerado nuclear

(3) Nossa política em relação aos cristãos não tem absolutamente nada de uma tática de circunstância, é uma política de princípio

o autor assinala, em primeiro lugar, que ele provém de uma seqüência discursiva que responde a condições de produção (CPs) determinadas (é extraída de uma entrevista do então Secretário Geral Adjunto do PCF, ao jornal *La Croix*), podendo, assim, relacionar-se a um *sujeito* que enuncia em uma *situação de enunciação* determinada. Mas esse enunciado não somente é produzido em CPs determinadas. Ele também estabelece laços com formulações que se podem descobrir no processo discursivo inerente à FD que o domina, a FD "comunista". Ou seja, ele existe igualmente em uma *rede interdiscursiva*,[28] ou vertical, de formulações tais como (4):

(4) Temos ouvido contra nós a crítica, talvez pouco original, ***de manobrar, de empregar ardis***, de agir com duplicidade (M. Thorez, out. de 1937).[29]

28. Não fica muito claro se essa rede é interdiscursiva porque é sempre já "polêmica" ou se porque é anterior ao pronunciamento de Marchais. Nada impede que seja por ambas as razões.

29. De fato, Courtine apresenta uma série de enunciados, e não um só; aqui, por brevidade, o processo é só exemplificado. O mesmo vale para o exemplo (5), a seguir.

Entretanto, o enunciado (3), diz Courtine, não se limita a relações como a que mantém com (4), pertencente à FD comunista, porque essa FD só tem existência discursiva na contradição que a opõe a formulações como (5), produzida em um discurso antagônico:

(5) E mesmo se Marchais abjurasse sua fé, não seria um desses ***ardis*** que aconselhava precisamente Lênin? (Senchet, L'Aurore, 11 de junho de 1976)

Uma fórmula como (6) poderia condensar de maneira aproximativa todos esses enunciados:

(6) A união com os cristãos não é um ***ardil***, é um princípio da política dos comunistas.

versus

A política dos comunistas é uma ***armadilha*** na qual os cristãos não devem deixar-se prender.

Como foi possível perceber, é nesse sentido que Courtine (1981: 35) define o interdiscurso como sendo "o lugar no qual se constituem, para um sujeito falante que produz uma seqüência discursiva dominada por uma FD determinada, os objetos de que esse sujeito enunciador se apropria para fazer deles objetos de seu discurso, bem como as articulações entre esses objetos, pelos quais o sujeito enunciador vai dar uma coerência a seu propósito".

Creio que Maingueneau apresenta uma noção de interdiscurso mais operacional e produtiva, exatamente porque explicita suas diversas dimensões. Segundo ele, "é necessário tornar menos grosseiro este termo muito vago para nosso propósito e substituí-lo por uma tríade: *universo discursivo, campo discursivo, espaço discursivo*" (1984: 27).

Por *universo discursivo*, o autor entende o conjunto de FDs de todos os tipos que interagem numa conjuntura dada. Este universo discursivo institui um conjunto finito, mesmo que não possa ser apreendido em sua globalidade. É de pouca utilidade para o analista e define apenas uma extensão máxima, o horizonte a partir do qual serão construídos domínios susceptíveis de serem estudados, os "campos discursivos".

Por *campo discursivo*, Maingueneau entende um conjunto de FDs que se encontram em concorrência, delimitam-se reciprocamente em uma região determinada do universo discursivo, seja em confronto aberto, em aliança, na forma de neutralidade aparente etc., entre discursos que possuem a mesma função

social, mas divergem sobre o modo pelo qual ela deve ser preenchida. Pode tratar-se do campo político, filosófico, dramatúrgico, gramatical etc.

Para o autor, é no interior do campo discursivo que um discurso se constitui, e sua hipótese é que tal constituição pode ser descrita em termos de operações regulares sobre FDs já existentes.

Finalmente, Maingueneau propõe isolar *espaços discursivos*, isto é, subconjuntos de FDs cuja relação o analista julga relevante para seu propósito. Tais restrições devem resultar apenas de hipóteses fundadas sobre um conhecimento dos textos e um saber histórico, que serão em seguida confirmados ou infirmados quando a pesquisa progredir.

O autor ainda acrescenta que reconhecer o primado do interdiscurso significa tentar construir *um sistema no qual a definição da rede semântica que circunscreve a especificidade de um discurso coincide com a definição das relações desse discurso com seu Outro*. Assim, sempre haveria um espaço de trocas entre discursos, que não poderiam ser uma identidade fechada. Esse ponto de vista contradiz as teorias espontâneas dos enunciadores que, longe de admitir tal descentramento radical, reivindicam a autonomia de seu discurso.

Assim, o Outro não deve ser pensado como uma espécie de "envelope" do discurso, nem cada discurso como o envelope de citações. No espaço discursivo, o Outro não é nem um fragmento localizável, uma citação, nem uma entidade exterior. Não é necessário que o Outro seja localizável por alguma ruptura visível da compacidade do discurso.[30] O Outro encontra-se na raiz de um Mesmo sempre já descentrado em relação a si próprio, que não é em momento algum passível de ser considerado sob a figura de uma plenitude autônoma. O Outro é o que faz sistematicamente falta a um discurso e lhe permite fechar-se em um todo. É aquela parte de sentido que foi necessário que o discurso sacrificasse para constituir sua identidade — e cujos elementos nunca são tomados, ou retomados, a não ser como simulacros.

Disso decorre *o caráter essencialmente dialógico de todo enunciado do discurso*, a impossibilidade de dissociar a interação dos discursos do funcionamento intradiscursivo. Essa imbricação do Mesmo e do Outro rouba à coerência semântica das formações discursivas qualquer caráter de "essência", caso em que sua inscrição na história seria acessória; não é dela própria que a formação discursiva tira o princípio de sua unidade, mas de um conflito regrado.

30. Maingueneau está caracterizando, de fato, a heterogeneidade constitutiva. Mais claramente, está dizendo que, para haver interdiscurso, não é necessário que haja heterogeneidade mostrada. Para uma formulação e análises especialmente instigantes, ver Authier-Révuz (1998).

Authier-Revuz (1982) propõe um quadro de rupturas que emerge a partir dessa noção de heterogeneidade, que vale a pena apresentar, na medida em que põe em contraste concepções que atravessam a língua e o discurso: o diálogo/o monólogo; o múltiplo, o plural/o único; o outro no um/um e o outro; as fronteiras no heterogêneo/o homogêneo; o conflituoso/o imóvel; o relativo/o absoluto, o centro; o inacabado/o acabado, o dogmático. Adequadamente explicitados e operacionalizados, esses são os principais demarcadores da ruptura nesse caso particular — ou seja, descarta-se o Um sem o Outro.

Para concluir o tópico, apresentarei duas noções que são especialmente importantes para o interdiscurso: a de pré-construído e a de discurso transverso. O primeiro é uma reformulação da noção semântica de pressuposição (ver Henry 1975). Trata-se de uma ruptura com a noção de pressuposição, especialmente no que ela tem de psicológico ou de transparente, já que repousaria sobre elementos da língua. O pré-construído é um traço, no discurso, de um discurso anterior, que produz um efeito de evidência; é, por um lado, o já dito, e, por outro, o que é uma verdade para uma FD. Por exemplo, na ocorrência de *o sucesso da operação x, a operação x foi um sucesso* é um pré-construído, condição para que se possa dizer *o sucesso...*

O discurso transverso, por sua vez, pode ser visto como uma ruptura em relação ao implícito. A certa altura de *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*, Pêcheux (1975) explicita que a possibilidade de substituição de uma seqüência por outra (que produz um certo efeito de sentido) não é necessariamente de equivalência ou de substituição simétrica. A relação pode ser de implicação, de tal modo que a relação de substituição A → B não é a mesma que a relação de substituição B → A. Pêcheux exemplifica a relação de equivalência com as seqüências "triângulo com um ângulo reto/triângulo retângulo", e a de implicação com as seqüências "passagem de uma corrente elétrica/deflexão do galvanômetro", no contexto da seqüência "constatamos A/B".

Aos casos de implicação (A determina B/B indica A),[31] em sua relação com a seqüência (constatamos A/constatamos B),[32] chama de discurso transverso (e afirma que este fenômeno remete à metonímia; no caso, a causa pelo efeito/o efeito pela causa).

31. Isto é: a ocorrência de A produz a ocorrência de B; a ocorrência de B indica que A também ocorreu.

32. Um exemplo seria *A passagem de uma corrente elétrica* ***determina*** *uma deflexão do galvanômetro*; outro, *A deflexão do galvanômetro* ***indica*** *a passagem de uma corrente elétrica.*

Dois esclarecimentos com relação à noção de discurso transverso: (a) há uma semelhança entre os discursos transversos e os implícitos — em ambos os casos, algo que não é dito é, no entanto "compreendido"; (b) há uma diferença importante entre ambos: no caso dos implícitos, a descoberta do sentido "não-dito" depende em boa medida de um conhecimento de um contexto, de um *script* ou *frame* — exemplo clássico de implícito: diz-se *são 12 horas* para significar *está na hora do almoço*); os exemplos de discurso transverso são retirados de discursos mais estabilizados (científicos ou ideológicos). Por isso, nesse último caso, a compreensão do "não-dito" depende do conhecimento de relações solidamente estabelecidas em um campo de saber (como entre a temperatura e a fervura da água na física clássica, ou entre a taxa de juros e a de inflação, conforme a teoria econômica que se adote).

Assim, o que podemos perceber é que a noção de interdiscurso, inclusive em seus desdobramentos, rompe com conceitos que, de alguma forma, fundam-se sobre os pressupostos da homogeneidade e do centramento, seja do discurso, seja do sujeito. Isto é, para a AD, os discursos não são independentes uns dos outros e não são elaborados por um sujeito.

12. DO SUJEITO

Para a AD, não há falante, locutor, muito menos emissor. Há sujeito (alternativamente, enunciador). O que é, evidentemente, na esteira das rupturas com a pragmática e com as teorias lingüísticas dominantes, outra ruptura, talvez a mais importante para a teoria.

Althusser está na origem das formulações básicas da AD também no que se refere à questão do sujeito e do sentido. Por isso, ao invés de detalhar aqui duas teses que são fundamentais para a AD em relação ao sujeito — o sujeito é clivado, ou seja, não é uno; o sujeito é assujeitado, isto é, não é livre e não está na origem do discurso —, sobre as quais há uma extensa literatura,[33] limito-me a comentar algumas distinções feitas por Althusser (1973), já que esclarecem suficientemente as bases a partir das quais a AD institui sua noção de sujeito, ao mesmo tempo em que tornam claro o gesto de ruptura com outras concepções.

Assim, não comentarei eventuais deslocamentos posteriores, nem mesmo a problemática equivalência, em nosso mercado, entre assujeitado, clivado, disperso. Vale lembrar, entretanto, que vários autores propõem concepções talvez mais interessantes que a de assujeitado, sem que nada se perca do que essa categoria propõe como ruptura em relação ao "passado". Por exemplo, Lacan, em pronunciamento feito após a célebre conferência de Foucault (1969a) "O que é um autor?", afirma: "Desejaria lembrar que, com ou sem estruturalismo, não se trata absolutamente da negação do sujeito. Trata-se da dependência do sujeito, o que é extremamente diferente" (Eribon, 1994: 150). Deleuze (1973: 300), por sua vez, assevera que "O estruturalismo não é um pensamento que suprime o sujeito, mas um pensamento que o esmigalha e o distribui sistematicamente". Mas, para o propósito deste texto, centrarei minha abordagem em Althusser.

33. Praticamente qualquer texto sobre a questão retoma este ponto de vista. Ver, especialmente, Pêcheux (1975, 1983b).

Duas questões abordadas neste texto interessam aqui: a do Sujeito e a do sujeito. Questões cruciais, demarcadoras entre o idealismo e o materialismo e fundamentais para entender aspectos da linguagem e das relações entre falantes e língua. Uma das questões fundadoras da análise do discurso.[34]

Penso que se poderia resumir o já breve texto de Althusser nos seguintes enunciados: não há Sujeito, há sujeitos; não há sujeitos da história, há sujeitos na história. Ao dizer que não há Sujeito, o texto de Althusser significa que não existe um ser que satisfaça os predicados tradicionalmente atribuídos a Deus, ao Ego-Cogito, ao Sujeito Transcendental, isto é, que seja a Origem da história, Aquele que a faz etc. Ao dizer que não há sujeitos da história, Althusser quer dizer que não são os homens, considerados em sua concretude, que fazem a história, porque dizer isso levaria este enunciado a compor-se com discursos que aceitam que a história é feita pelos homens (já que não pelo Homem).

Mas Althusser diz que há sujeitos na história. Podem-se ler em seu texto passagens como as seguintes:

> (...) os homens (no plural) concretos são necessariamente sujeitos (plural) *na* história, pois atuam *na* história enquanto sujeitos (no plural). Mas não há Sujeito (no singular) *da* história. Iria até mais longe: "os homens" não são "os sujeitos" *da* história (p. 67).

O texto, como se vê, é cheio de distinções sutis, com itálicos, parênteses e aspas, que ficam mais claras em outras passagens igualmente finas. Por exemplo:

34. Maingueneau (1990: 67) afirma que "foi uma espécie de vulgata [que chama de "althusserianismo"], que exerceu influência determinante, que deu forma ao projeto da escola francesa".

> Que os indivíduos humanos, ou seja, sociais, são *ativos* na história — como *agentes* das diferentes práticas sociais do processo histórico de produção e de reprodução — é um fato. Mas (...) não são sujeitos "livres" e "constituintes" no sentido **filosófico** (ênfase acrescida) desses termos (p. 67).

Salvo engano, Althusser é muito claro em relação ao que rejeita no que se refere à categoria sujeito: que seja livre e constituinte, que seja sujeito da história. E mais claramente:

> A posição do materialismo dialético me parece clara. Não se pode compreender (*begreifen*: conceber), ou seja, *pensar* a história real (processo de reprodução e de revolução de formações sociais) como capaz de ser reduzida a *uma* Origem, *uma* Essência ou *uma* Causa (ainda que fosse o Homem), que seria o seu Sujeito — o Sujeito, esse "ser" ou "essência" posto como *identificável*, ou seja, como existente sob a forma da *unidade* de uma *interioridade* e (teórica e praticamente) *responsável* (a identidade, a interioridade e a responsabilidade são constitutivas, entre outras determinações, de todo sujeito), capaz, portanto, de *prestar contas* do conjunto de "fenômenos" da história (p. 69).

Suponho que se pode passar, sem grandes mudanças, da problemática da relação sujeito-história para a problemática da relação sujeito-língua e, mais especificamente, sujeito-discurso, recolocando a questão: o sujeito fala ou é falado, é sujeito na ou da língua, do ou no discurso. As respostas de Althusser têm valido para a AD (pelo menos, como posição fundadora). Basta ver como a questão é formulada por Pêcheux (1983b), caracterizando a primeira "época" da AD:

> Um processo de produção discursiva é concebido como uma máquina autodeterminada e fechada sobre si mesma, de tal modo que um sujeito-estrutura determina os sujeitos como produtores de seus discursos: os sujeitos acreditam que "utilizam" os discursos quando na verdade são seus "servos" assujeitados, seus "suportes" (p. 311).

Resumindo: a AD rompe com a concepção de sujeito uno, livre, caracterizado pela consciência (isto é, sem inconsciente, sem ideologia) e tomado como origem. No entanto, continuam em aberto muitas possibilidades de especificação. Para exemplificar: Pêcheux e Fuchs (1975: 171) escrevem que "o que faltava e o que ainda falta parcialmente é uma teoria não-subjetiva do sujeito em sua situação concreta de enunciador". De Certeau (1990) propõe um sujeito tático, mais usuário que consumidor. E Maingueneau (1984) elabora uma formulação específica do que seria uma competência discursiva.

13. CIÊNCIA?

Provavelmente, a AD quis ser científica. Provavelmente, não é, nunca foi. E nisso não vai uma avaliação de demérito, antes pelo contrário. Talvez se possa dizer da Análise do Discurso o que Foucault disse do marxismo e da psicanálise: que são muito importantes para serem ciências. É possível que se possa situar a AD num dos limiares — talvez o da epistemologização — propostos pelo mesmo pensador (Foucault, 1969b: 211):

> A propósito de uma formação discursiva, pode-se descrever diversas emergências distintas. O momento a partir do qual uma prática discursiva se individualiza e assume sua autonomia, o momento, por conseguinte, em que se encontra em ação um único e mesmo sistema de formação dos enunciados, ou ainda o momento em que esse sistema se transforma, poderá ser chamado limiar da *positividade*. Quando no jogo de uma formação discursiva um conjunto de enunciados se delineia, pretende fazer valer (mesmo sem consegui-lo) normas de verificação e de coerência e o fato de que exerce, em relação ao saber, uma função dominante (modelo, crítica ou verificação), diremos que a formação discursiva transpôe um limiar de *epistemologização*. Quando a figura epistemológica, assim delineada, obedece a um certo número de critérios formais, quando seus enunciados não respondem somente a regras arqueológicas de formação, mas, além disso, a certas leis de construção das proposições, diremos que ela transpôs um limiar de *cientificidade*. Enfim, quando esse discurso científico, por sua vez, puder definir os axiomas que lhe são necessários, os elementos que usa, as estruturas proposicionais que lhe são legítimas e as transformações que aceita, quando puder assim desenvolver, a partir de si mesmo, o edifício formal que constitui, diremos que transpôs o limiar de *formalização*.

Se a AD não é uma ciência, é justo, mesmo assim, falar de ruptura? Creio que sim. Os movimentos de ruptura são análogos no campo científico, nos outros domínios dos saberes e também no das ideologias. Assim, contrapor a AD a outras soluções não é apenas reconhecimento do interdiscurso. Trata-se de um gesto do qual resulta produção de conhecimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACHARD, P. et al. *Papel da memória*. Campinas: Editora Pontes, 1983.

ALTHUSSER, L. Observações sobre uma categoria: processo sem sujeito e sem fim(s). In: *Posições-1*. Rio de Janeiro: Graal, 1973.

AUTHIER-RÉVUZ, J. Hétérogeneité montrée et hétérogeneité constitutive: élements pour une approche de l'autre dans le discours. *DRLAV*, v. 26, p. 91-151, 1982.

_____. *Palavras incertas*. Campinas: Editora da Unicamp, 1988.

BACHELARD, G. *A formação do espírito científico*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1938.

BAKHTIN, M. & Voloshinov, V. N. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1929.

BRANDÃO, H. H. N. *Introdução à análise do discurso*. Campinas: Editora da Unicamp, 1991.

CHARAUDEAU, P. & MAINGUENEAU, D. *Dictionnaire d'analyse du discours*. Paris: Éditions du Seuil, 2002.

COMPAGNON, A. *O demônio da teoria*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998.

COURTINE, J.-J. *Le discours communiste adressé aux chrétiens*. Langages, v. 62, 1981.

COURTINE, J.-J. & MARANDIN, J.-M. Quel objetct pour l'analyse du discours?. In: CONEIN et al. *Matérialités discoursives*. Lillé, Presses Universitarires de Lille. p. 21-33, 1981.

DE CERTEAU, M. *A invenção do quotidiano; as artes de fazer*. Petrópolis, Vozes, 1990.

DELEUZE, G. Em que se pode reconhecer o estruturalismo? In: CHÂTELET, F. (org.). *História da filosofia; idéias, doutrinas. — O século XX*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973, v. 8, p. 271-303.

DUCROT, O. Esboço de uma teoria polifônica da enunciação. In: *O dizer e o dito*. Campinas: Editora Pontes, p. 161- 222, 1972.

ERIBON, D. *Foucault e seus contemporâneos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

FAIRCLOUGH, N. *Discurso e mudança social*. Brasília: Editora UnB, 1992.

FARACO, C. A. *Linguagem e diálogo: as idéias lingüísticas do Círculo de Bakhtin*. Curitiba: Criar Edições, 2003.

FIORIN, J. L. *As astúcias da enunciação*; as categorias de pessoa, espaço e tempo. São Paulo: Ática, 1996.

FOUCAULT, M. Sobre a arqueologia das ciências; resposta ao círculo espistemológico. in: Foucault *et al. Estruturalismo e teoria da linguagem*. Petrópolis: Vozes, p. 9-55, 1968.

_____. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária. 1969a.

_____. *O que é um autor*? s. l.: Garrido e Lino Ltda., 1969b.

_____. *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 1971.

_____. Retornar à história. In: *Ditos e escritos II*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, p. 282-295, 1972.

FREUD, S. *Os chistes e sua relação com o inconsciente*. Rio de Janeiro: Imago, 1905.

FUCHS, C. A paráfrase lingüística. *Cadernos de estudos lingüísticos*, n. 8, p. 129-134, 1983.

GADET, F. & HAK, T. (orgs.). *Por uma análise automática do discurso*; uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

GERALDI, J. W. *Portos de passagem*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

GUESPIN, L. Problematique des travaux sur le discours politique. *Langages*, n. 23, p. 3-24, 1971.

HADLER-COUDRY, M. I. *Diário de Narciso*. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

HENRY, P. *A ferramenta imperfeita*. Campinas: Editora da Unicamp, 1975.

HORGAN, J. *O fim da ciência*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

JUBRAN, C. C. A. S. Inserção: um fenômeno de descontinuidade na organização tópica. In: CASTILHO, A. T. de (org.). *Gramática do português falado*, v. 3. Campinas: Editora da Unicamp, p. 61-74, 1993.

LÖWY, M. *As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen*. São Paulo: Editora Busca Vida, 1987.

MAINGUENEAU, D. *Genèses du discours*. Bruxelles: Pierre Mardaga, Editeur, 1984.

_____. *Novas tendências em análise do discurso*. Campinas: Editora da Unicamp-Editora Pontes, 1987.

_____. Análise do discurso: a questão dos fundamentos. *Cadernos de estudos lingüísticos*, n. 19, p. 65-74, 1990.

MATTOS, M. A. de. *Dispersão e memória no quotidiano*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MILNER, J.-C. *O amor da língua*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1987.

ORLANDI, E. P. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Editora Pontes, 1999.

PAIVA, J. R. *Funções metaenunciativas das inserções parentéticas*. Dissertação de mestrado. IEL/Unicamp, 1999.

PÊCHEUX, M. A análise automática do discurso. In: GADET, F. & HAK, T. (orgs.) op. cit., p. 61-161.

_____. *Semântica e discurso*. Campinas: Editora da Unicamp, 1975.

_____. O papel da memória. In: ACHARD, P. et al. *Papel da memória*. Campinas: Editora Pontes, p. 49-57, 1983a.

_____. A análise do discurso: três épocas. In: GADET, F. e HAK, T. (orgs.) op. cit., p. 311-318 (original, 1983b).

_____. *Discurso: estrutura ou acontecimento*. Campinas: Editora Pontes, 1988.

PÊCHEUX, M. & BALIBAR, E. Definições. In: Pêcheux, M. & Fichant, M. *Sobre a história das ciências*. São Paulo: Editora Mandacaru, p. 11-16, 1969.

PÊCHEUX, M. & FUCHS, C. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas. In: GADET, F. & HAK, T. (orgs.) op. cit., p. 163-252 (original, 1975).

PÊCHEUX, M. & VASSELLIUS, J. A respeito do movimento estudantil e das lutas da classe operária: 3 organizações estudantis em 1968. In: ROBIN, R. *História e lingüística*. São Paulo: Cultrix, p. 265-282, 1973.

POSSENTI, S. Estereótipos e identidade: o caso das piadas. In: *Os limites do discurso*. Curitiba: Criar Edições, p. 155-166, 2002.

ROBIN, R. *História e lingüística*. São Paulo: Cultrix, 1973.

VAN DIJK, T. A. (ed.). *Handbook of discourse analysis*. IV vol. New York: Academic Press, 1985.

11

TEORIA SEMIÓTICA: a questão do sentido

Arnaldo Cortina
Renata Coelho Marchezan

A vida, essa busca de sentido

A. J. Greimas

"A linguagem *quer* ser ignorada". Com essa advertência, L. Hjelmslev (1975: 5) sublinhava a função mediadora da linguagem e, a despeito dessa vocação, chamava, à maneira como já fizera F. Saussure, a necessidade de se deter na linguagem, ela mesma; de tomá-la como objeto de reflexão. Se a advertência ainda hoje pode ser feita sempre que, por exemplo, alguém se esquece a falar, ou a ouvir, pode-se também afirmar que a linguagem, ela própria, foi um objeto privilegiado de estudo ao longo do século XX.

A semiótica[1] inclui-se entre as reflexões que vêm responder diretamente a esse chamado, que reclama o reconhecimento de um objeto, ao mesmo tempo

1. Trata-se, aqui, da semiótica de base greimasiana, que mantém fortes relações históricas com a lingüística e grande penetração nos Institutos de Letras e Lingüística das universidades brasileiras.